

ANEXO I

Termo de Referência

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de Equipamentos Médicos , conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO,

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	<i>Aparaelho de Raio X – Móvel: Comando e gerador de raios-x: Potência de no mínimo de 15kW ou superior, Sistema de Controle microprocessado; Painel de membrana com teclas do tipo simples toque; kV para Radiografia de 40kV ou menor a 125kV ou maior (com ao menos 23 passos ou mais); mA para Radiografia de pelo menos 200 mA ou maior; Variação de mas de 0,5 ou menor a 160mAs ou maior; Tempo de exposição mínimo de 4 ms ou menor; Programa de detecção de falhas com indicação no display digital do painel; Acionamento de ânodo giratório por impulso rápido; Cabo disparador em dois estágios com comprimento de no mínimo 3m;</i>	Und.	2

	<p>Cabo de rede com comprimento de no mínimo 4m; Conexão via tomada simples de 3 pinos, Braço articulado pantográfico ou telescópico; Sistema conjugado ao gerador; Estativa porta tubo com braço articulado ou telescópico; Rotação do conjunto Unidade Selada/ Colimador de 90 graus; Tubo de Raios X com anodo giratório de rotação de no mínimo 2.800 RPM; Foco duplo de no máximo 1,5mm e 0,6mm ou foco único de 0,8mm; Capacidade calórica do ânodo de no mínimo 105kHU ou superior. Colimador manual com campo luminoso ajustável indicando área a ser irradiada; Temporizador eletrônico de 30s; Rotação do campo de radiação de pelo menos 180 graus.</p>		
2	<p>Arco Cirúrgico Para Procedimentos de Cirurgia Geral, Cirurgias Cardíacas e Vasculares e Exames De Angiografia. Equipamento para radiografia e fluoroscopia, composto por arco-c montado sobre rodízios, gerador de raios-x, tubo de raios-x, colimador, unidade de comando, intensificador de imagem e sistema de tv com suporte móvel ou duplo monitor em braço articulado, com subtração digital de imagens para aplicações gerais em centro cirúrgico, em procedimentos de cirurgia geral, vascular e cardíaco e exames de angiografia, com possibilidade de fluoroscopia pulsada e contínua e modo de radiografia digital. ajuste de kv, ma, mas, tempo. seleção de no mínimo dois tamanhos do campo do intensificador de imagens, sendo que o maior campo deve ter diâmetro mínimo de 9 polegadas. fluoroscopia: pulsada, contínua e manual. Aquisição simples e sequencial de imagens. Modo radiográfico ou fluoroscopia. capacidade de congelamento da última imagem. memória com capacidade mínima de armazenamento de no mínimo 3000 imagens digitais. Dicom completo com send, storage printa (armazenamento e impressão). Armazenamento e visualização de cine-loop digital. Rotação, inversão lateral e vertical de imagens, realce de bordas, zoom, correção de brilho e contraste; indicadores visuais: valor selecionado para ma, valor selecionado para kv, valor selecionado mas (corrente x tempo); tempo de fluoroscopia; equipamento em operação. Tubo de raios-x: anodo giratório de no mínimo 10kw/300khu (ou superior) de capacidade térmica ou</p>	Und.	2

anodo fixo de no mínimo 1,4kw/40 khu (ou superior) de capacidade térmica; com controle automático; potência, corrente e capacidade térmica de aquecimento/ resfriamento compatíveis com o gerador de raios-x; colimação: filtragem total de raios-x de, no mínimo, 2.5 mmal. Intensificador de imagem: intensificador com campo duplo ou triplo, sendo o maior, com dimensão mínima de 9 (nove polegadas), ou tecnologia com painel de aquisição digital equivalente; câmera de vídeo: câmera do tipo ccd; resolução mínima de 512 linhas horizontais, monitor de vídeo: 02 (dois) monitores de lcd dimensão mínima de 18 polegadas(dezoito polegadas) ou 01 único monitor de 25 polegadas, que informe as imagens de referência e tempo real, definição e resolução mínima de 1280x1024 pixels, compatível com a câmera de vídeo; monitoração simultânea da imagem congelada e tempo real. Segurança: proteção térmica e de sobre-corrente para o tubo de raios-x; bloqueio do disparo para valores programados que excedam a potência do tubo. Gerador de raios-x: tipo alta frequência, com controle microprocessado; tensão de saída máxima, de pelo menos 110 (cento e dez) kv na radiografia; corrente de saída de pelo menos 20ma para o modo radiografia; compensação automática das flutuações da rede elétrica; características do arco c: abertura mínima de 60 cm (sessenta centímetros), profundidade mínima de 50 cm (cinquenta centímetros), deslocamento horizontal mínimo de 20 cm (vinte centímetros), deslocamento vertical: 40 cm (quarenta centímetros), rotação orbital mínima: 100° (cem graus). Cabo disparador. características mecânicas: estrutura sobre rodízios com sistema de frenagem e pintura eletrostática anti-corrosiva. Acessórios: todos cabos, conectores, acessórios, indispensáveis ao funcionamento solicitado. programa para visualização; programa de subtração digital de imagens em tempo real, road mapping página 17 de 25 polegadas e zoom. Interface de rede para conexão com outros equipamentos ou rede pacs. 03 (três) pares de protetores (tubo raios-x, arco e intensificador) autoclaváveis. 01 (um) suporte com capacidade para os dois monitores com rodízios para locomoção dos equipamentos. 01 (uma) vídeo printer térmica, para impressão de imagens de vídeo monocrática, tons cinza, com papel termo sensível ou filme azul; largura 210mm; resolução mínima de 325 dpi, 256 tons de cinza; tempo de impressão menor que 10 segundos; entrada: vídeo composto e usb. 2.0; múltiplos modos de imagens com pelo menos 1, 2 e

<p><i>4 divisões e corte automático de papel. 01(um) gravador de cd/dvd com capacidade para armazenar imagens e estáticas e dinâmicas em formato dicom, no mínimo, podendo ter função adicional de gravação via usb; 01 (um) teclado alfanumérico impermeável ou sistema digital compatível.</i></p>		
--	--	--

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Aquisição de Equipamento Permanentes de nº. 11399.442000/1170-10, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Raul Sertã justifica-se pela essencialidade de tais itens para a continuidade dos atendimentos prestados pelo nosocômio.

3.3. A aquisição dos aparelhos aqui solicitados viabiliza o atendimento de forma mais eficaz aos quadros clínicos complexos e muitas vezes de alta gravidade, ampliando a capacidade de atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.

3.4. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da rede pública de saúde.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pelas Unidades

4.2. Os itens deverão ser entregues em parcela única com prazo não superior a 90 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

4.3. A entrega deverá ser realizada no Hospital Municipal Raul Sertã, localizado na Rua General Osório, nº. 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 09h:00m às 17h:00m.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 07 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos médico-hospitalares cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

- 4.9.1. Manual de operação;
- 4.9.2. Manual de serviços;
- 4.9.3. Esquemas eletrônicos;
- 4.9.4. Procedimentos de calibração;
- 4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;
- 4.9.6. Certificado de garantia;

5- BOAS PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

5.1. O presente Termo de Referência foi confeccionado com base na legislação vigente e no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

6- CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

6.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

6.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no Estado do Rio de Janeiro.

6.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

6.2.3. Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos elétricos e demais que sejam necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.

6.2.4. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

6.2.5. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

6.2.6. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

6.2.7. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

6.2.8. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

6.2.9. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

6.2.10. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

6.2.11. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento, durante a vigência da garantia.

6.2.12. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

6.2.13. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição no prazo máximo de 7 dias, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

6.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou bivolt automático.

6.5. A empresa vencedora deverá manter estoque de partes e peças de reposição, bem como assegurar seu fornecimento durante a vigência da garantia, a contar da aceitação.

7 – NOMEAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

7.1. Segundo determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, apresentada no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, a Contratante deve constituir equipe técnica para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, da qual deverão participar, obrigatoriamente, o dirigente da unidade responsável pelo uso clínico dos equipamentos, bem como o dirigente da unidade responsável pela gerência e manutenção dos referidos equipamentos.

7.2. Visando o cumprimento desta determinação, a Contratante nomeará como integrantes da equipe técnica os dirigentes da Unidade em atuação na ocasião e informará, no momento oportuno, seus respectivos nomes e matrículas.

7.3. A equipe técnica instituída acima é responsável pela especificação do item aqui requerido e ainda pela execução dos procedimentos para recebimento do equipamento, acompanhamento da respectiva instalação e elaboração da aceitação, conforme devidamente detalhado no decorrer deste documento.

8- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da Contratada ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

8.2. Os bens serão recebidos:

- 8.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 8.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.
- 8.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pela equipe técnica designada no subitem 7.2 deste Termo de Referência.
- 8.4. A equipe técnica deverá, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:
- 8.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.
 - 8.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.
 - 8.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.
 - 8.4.4. Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré-instalação aprovados pela Contratada.
- 8.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 8.4.1 a 8.4.4, a equipe técnica emitirá o documento atestado o recebimento provisório.
- 8.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em funcionamento no Hospital Municipal Raul Sertã por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.
- 8.7. Ao final deste período, a equipe técnica designada pela Contratante encaminhará relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.
- 8.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 07 dias, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 8.7 deste documento.
- 8.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

8.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 idas úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 8.7.

8.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-a como realizada, consumando-se mo recebimento definitivo.

8.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, a equipe técnica, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

8.13. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

9- DO TREINAMENTO

9.1. Caso a equipe técnica instituída no subitem 7.3 deste termo de Referência considere necessário, a contratada oferecerá treinamento aos técnicos da contratante para manuseio do equipamento.

9.2 Os custos de treinamento dos operadores dos equipamentos serão integralmente pagos pela contratada.

10- DA DOCUMENTAÇÃO

10.1. A equipe técnica responsável pelo recebimento, acompanhar a instalação e emitir a aceitação dos equipamentos médico-hospitalares, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

10.2. A equipe técnica deverá realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

10.3. Após a aceitação dos equipamentos, no que tange àqueles enquadradas nas classes 02 e 03 (médio e alto risco, respectivamente) da Portaria 2043/1994 do Ministério da Saúde, devem ser anexados livros (diários) ou cartões de registros, que deverão conter informações resumidas

das intervenções para manutenções preventivas e corretivas, das modificações efetuadas, das pequenas falhas ou funcionamentos anormais, entre outras informações, encabeçadas pela aceitação dos equipamentos em serviço.

10.4. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:

10.4.1. Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

10.4.2. Assegurar que as manutenções preventivas serão executadas nas datas previstas.

10.4.3. Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando frequentes avarias aos equipamentos.

10.4.4. Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

10.4.5. Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados em pacientes.

10.5. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

10.6. A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da Contratada para a capacitação de seus profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

11- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

11.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 24 meses, a contar da respectiva aceitação.

11.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

11.3. A empresa Contratada deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no Estado do Rio de Janeiro.

11.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

12- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

12.1. Fica facultada à equipe técnica instituída no subitem 7.3 deste Termo de Referência exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

12.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Presencial.

12.3. A equipe técnica comunicará ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

13- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

13.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

14- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos e em conformidade com a Emenda Parlamentar 11399.442000/1170-10;

14.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

14.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS

14.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

14.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200852.202

14.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

15 – DA LIQUIDAÇÃO

15.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

16 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 16.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 16.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 16.1.3. FGTS;
- 16.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;
- 16.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa
- 16.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

16.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

16.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

17-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

17.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

17.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

17.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

17.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Caberá à Contratante:

18.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

18.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

18.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

18.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

18.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

19.2. Efetuar a entrega e instalação dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 16.1.1 a 16.1.6;

19.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

19.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 07 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

19.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

19.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

19.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

19.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 7 dias de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto de entrega, com a devida comprovação;

19.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

20-MEDIDAS ACAUTELADORAS

20.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive

retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

21- DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

22- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

23.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

24- DO CONTROLE DA ENTREGA

24.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações constantes neste termo serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da licitação ou após a instalação dos equipamentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

24.2. Para acompanhamento do presente processo, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Wagner Barcellos – Matrícula 2001.367

Thalis Leon De Avila Saint Yves – Matrícula 290.209

24.3. Os agentes designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e fiscalização, conforme elencado no subitem 7.3.

24.5. A verificação da execução do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

24.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

25-DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

25.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

26-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

26.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

26.1.2. Apresentar documentação falsa;

26.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

26.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

26.1.5. Não manter a proposta;

26.1.6. Cometer fraude fiscal;

26.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

26.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

26.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

26.3.1. Advertência;

26.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

26.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

26.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

26.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

26.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

26.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

26.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

26.3.9. - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

26.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

27-DA RESCISÃO

27.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

27.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

27.2.1. Atraso injustificado da entrega e instalação, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

27.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

27.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

28- DO FORO

28.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Secretaria de Saúde
Mat. 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137